

AGOSTO 2026

197ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

LONGE DOS HOLOFOTES

**Discreto, mas com ligações suspeitas:
como Lulinha foi de monitor de
zoológico a lobista milionário**

Famílias encaram condenações
enquanto Congresso adia
regulamentar o homeschooling

Nove sinais de que a
agenda woke está em
crise

Índice

Editorial: A gastança governamental começa a derrubar o varejo 04

Guilherme Fiuza: A importância do voto da Anitta 11

Franklin Ferreira: Já estamos na Terceira Guerra Mundial? 18

Como Lulinha foi de monitor de zoológico a lobista milionário 35

Famílias de homeschooling encaram condenações enquanto Congresso adia regulamentação 52

Doença medieval está se espalhando por Los Angeles 59

Nove sinais de que a agenda woke está em crise 65



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER



GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



As Casas Bahia pediram recuperação judicial e tiveram prejuízo de R\$ 10 bilhões no segundo trimestre deste ano. (Foto: ChatGPT sobre foto de Jonathan Campos/Arquivo Gazeta do Povo)

EDITORIAL

A gastança governamental começa a derrubar o varejo

Em poucos dias, duas grandes redes de varejo, com décadas de atuação e conhecidas por todos os brasileiros, pediram recuperação judicial,

evidenciando sua frágil situação. No domingo, as Casas Bahia, rede que teve prejuízo líquido de R\$ 10,1 bilhões no segundo trimestre deste ano, protocolou o pedido no Juízo de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo. Na véspera, o conglomerado das Lojas Marabraz pediu a recuperação judicial de cinco de suas empresas.

O instrumento é usado por empresas em apuros, antes que passem a correr risco concreto de falência, permitindo renegociação das dívidas com credores; ainda que a recuperação seja bem-sucedida e as redes não fechem as portas, os dois episódios mostram as consequências nefastas de uma política fiscal desastrosa, que insiste em manter a economia rodando muito acima de sua capacidade.

A história de cada empresa que busca a recuperação judicial ou vai à falência tem suas peculiaridades. Um caso emblemático é o de outra gigante do varejo, as Lojas Americanas, cujo declínio ocorreu devido a uma fraude contábil na casa das dezenas de bilhões de reais. Outras empresas vivem disputas internas entre sócios (é o caso da Marabraz), ou colhem os resultados de decisões de negócio equivocadas, como a demora em se adaptar a modelos de comércio eletrônico.

Mas há um elemento comum que é fatal para as grandes redes varejistas: os juros altos, que dificultam a manutenção de estoques, reduzem o apetite do consumidor e encarecem o crediário, vital para empresas que vendem bens como móveis e eletrodomésticos, os carros-chefe de redes como Casas Bahia e Marabraz. Esses

produtos pertencem àquela categoria cuja aquisição o consumidor costuma adiar em tempos de vacas magras, redirecionando o consumo para os itens de primeira necessidade, como alimentos e medicamentos.



O modelo lulista, uma repetição turbinada da “nova matriz econômica” que nos legou a recessão de 2015-16, começa a mostrar sua exaustão

Apontar a influência dos juros altos no declínio de grandes redes varejistas, no entanto, é contar a história apenas pela metade. É preciso perguntar por que o Banco Central continua a manter a Selic em patamares tão altos, quase dez pontos percentuais acima da inflação medida pelo IPCA.

E a resposta não está no BC, mas no Palácio do Planalto. Ao levar adiante uma política fiscal baseada na expansão dos gastos e no estímulo ao consumo, de forma a manter a economia superaquecida, Lula criou a pressão inflacionária que forçaria o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a retomar o aperto monetário, depois de um ciclo de afrouxamento no primeiro ano e meio do terceiro mandato lulista.

Com recordes sucessivos no número de famílias brasileiras endividadas e inadimplentes, e o fracasso dos programas eleitoreiros de renegociação como o Desenrola (cuja primeira versão acabou servindo para elevar o endividamento, segundo o BC), o brasileiro ou parou de comprar, ou está redirecionando seu consumo. E, assim, o modelo lulista, que era uma repetição turbinada da “nova matriz econômica”

que nos legou a recessão de 2015-16, começa a mostrar sua exaustão, arrastando consigo gigantes que não caíram nem mesmo na maior crise econômica da história do país, e que ficaram mais vulneráveis devido a eventuais fragilidades individuais ou que afetam determinados setores.

Nas duas últimas reuniões do Copom, os diretores do BC foram mais explícitos, nos comunicados curtos e nas atas, a respeito de como a política fiscal expansionista do governo se tornou um “risco de alta” para a inflação, o que força o BC a adotar uma política monetária contracionista para preservar o valor da moeda e impedir que a inflação escape totalmente do controle.

Sem uma reversão imediata e real (ou seja, longe dos déficits primários “dentro da meta” apenas graças a artifícios contábeis aprovados no Congresso) na gastança, não há como a Selic voltar a níveis saudáveis, e a chance de vermos mais empresas de varejo passando pelas mesmas dificuldades de Casas Bahia e Marabraz só irá aumentar.



[Voltar ao índice](#)



Anitta diz que não espera que seu público vote no candidato dela. (Foto: Mohammed Badra/EFE/EPA)

OPINIÃO

Guilherme Fiuza

A importância do voto da Anitta

Por algum motivo sazonal ou meteorológico, sempre que se aproxima uma eleição, a cantora Anitta vai para as manchetes. É um fenômeno

bem mais previsível que o El Niño. E diz muito sobre o que é a sociedade brasileira hoje.

A premissa de que pessoas famosas têm lições de vida a dar ao público é tão furada quanto persistente. Como a notoriedade amplifica necessariamente tudo que é dito por aquela pessoa, de alguma forma ficou convencionado que ela exercerá aquela indiscutível influência dizendo aos mortais o que eles devem fazer ou pensar. A celebridade ou subcelebridade que não dá conselhos políticos hoje é quase um extraterrestre.

Infelizmente, não é só um problema de carreirismo ou lacração. Esse tipo de demagogia hoje é parte de uma estrutura já bastante avançada de poderio artificial. Conseguiram

transformar causas humanitárias (reais) em cosmética a serviço do mais moderno fisiologismo estatal. Em outras palavras: é a desfiguração da ideia de representação democrática.

Atualmente, não só no Brasil, existe uma forma de estigmatização e cerceamento dos que não repetem as cartilhas “progressistas” — que, por sua vez, são a base da imposição dos políticos a serviço desse sistema artificial. É uma rede de autoproteção fisiológica, fantasiada de resistência democrática contra o inimigo imaginário. O inimigo real é o povo.

A decadência da imprensa no mundo todo — capturada por esse tipo de agenda falsamente virtuosa — abalou a chamada opinião pública. O

senso comum passou a precisar da oxigenação trazida pelas redes sociais e similares, como antídoto contra a transformação do jornalismo em propaganda casuística. A estrutura da comunicação total trouxe uma parte importante do universo da grande mídia para a tentação do controle da opinião pública.

Isso não é uma especulação. É um fato verificável nos últimos anos — e confessado por players das big techs, com a exposição dos esquemas de “rebaixamento de histórias” (censura) para impor determinadas versões à coletividade. De teoria conspiratória, o controle da opinião pública virou uma possibilidade real — e, em certa medida, em plena execução.



Se você tem algum poder ou forma de influência, esse sistema de artificialização da representação política te convida a participar da corrente

Repetindo os cânones que servirão para estigmatizar, perseguir e marginalizar o “inimigo” (as pessoas comuns), você ganha seu lugar no clube de vantagens. É uma megaestrutura de elitização, protegida pela fachada de proteção à democracia e combate ao ódio.

Velhos caciques do populismo “esquerdista” jamais estariam de volta à cena por obra e graça de suas miragens “socialistas”. Eles são material reciclado por essa moderna rede de poderes

artificiais — o autoritarismo de boa aparência. Anitta chegou a dizer que não tinha obrigação de “se posicionar” politicamente, que seu negócio era música, etc. A patrulha não recuou e exigiu seu repúdio a Jair Bolsonaro.

Foi assim que a cantora virou cabo eleitoral do PT — depois da bela declaração sobre o direito à independência e à discricão. Ela diz que desautoriza o uso de seu nome em propaganda política, mas faz a propaganda por si mesma. É tudo legítimo, não há ilegalidade nisso. E agora Anitta diz que não espera que seu público vote no candidato dela.

Sejam quais forem as intenções mais profundas da cantora, há um sistema bem robusto premiando de forma palpável — com

oportunidades e pertencimento — quem, nos últimos anos, tratou o PT como a solução democrática brasileira contra o “fascismo”. Há uma série de razões no mercado para esse tipo de adesão. Menos ideologia.



Autor: Guilherme Fiuza é jornalista, escritor e roteirista, autor dos livros “Meu nome não é Johnny”, “3.000 dias no bunker” (ambos adaptados para o cinema), “Bussunda - A vida do casseta”, “O Império do Oprimido” e “O passado promete”, entre outros. Autor das peças “Eu e ela” e “O controle”, e coautor da série de TV “O Brado Retumbante”. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Ataque de drones ucranianos atinge infraestrutura de armazenagem russa na região de Moscou. (Foto: Stringer/EFE/EPA)

OPINIÃO

Franklin Ferreira

Já estamos na Terceira Guerra Mundial?

Em agosto de 2026, a pergunta sobre se o mundo já vive a Terceira Guerra Mundial deixou de parecer mera especulação alarmista e passou a

ser discutida seriamente em centros de estudos estratégicos, academias militares, redações e chancelarias. Não há uma declaração formal de guerra entre as grandes potências nem a mobilização plena de alianças como a Otan, razão pela qual muitos analistas rejeitam a expressão “guerra mundial” em seu sentido clássico.

Outros, porém, enxergam um conflito sistêmico já em andamento: diferentes teatros militares estão cada vez mais interligados, disputam munições e recursos, aproximam potências que procuram alterar a atual ordem internacional e produzem efeitos econômicos que atravessam fronteiras. Assim, o debate se divide entre os que falam em uma guerra mundial “híbrida” ou “em partes”, envolvendo de algum modo mais de 50 países em três continentes, e os que ainda veem apenas crises regionais simultâneas. Para estes,

enquanto não houver confronto direto entre Estados Unidos, Rússia e China e os canais diplomáticos permanecerem abertos, não se pode falar propriamente em Terceira Guerra Mundial. Há, contudo, um ponto de consenso: raramente tantas crises graves estiveram em curso ao mesmo tempo, com tamanho potencial de provocar uma escalada acidental ou deliberada.

A guerra na Ucrânia e os reveses russos na África e na Síria

A guerra na Ucrânia continua sendo o principal teatro militar europeu. Iniciada em fevereiro de 2022, chegou a 2026 como uma prolongada guerra de desgaste, com centenas de milhares de baixas e imensa destruição de infraestrutura. Em meados do ano, as forças russas avançavam em ritmo muito inferior ao de 2025, com médias

diárias próximas de um quilômetro quadrado em alguns períodos, enquanto a Ucrânia recuperava centenas de quilômetros quadrados em setores como Oleksandrivka e partes do sul e de Zaporizhzhia.

Ataques ucranianos com drones contra refinarias, depósitos e outras infraestruturas estratégicas no interior da Rússia tornaram-se cada vez mais frequentes. Ao mesmo tempo, incursões de mísseis e drones russos no espaço aéreo de países da Otan, como Polônia, Romênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Finlândia, ampliavam o temor de que um desses episódios pudesse provocar uma escalada direta entre a Rússia e a aliança ocidental, chegando, no limite, à invocação do Artigo 5. Moscou continua rejeitando qualquer cessar-fogo que congele a

atual linha de frente e exige a capitulação completa de Kiev.



O debate se divide entre os que falam em uma guerra mundial “híbrida” ou “em partes”, e os que ainda veem apenas crises regionais simultâneas

Fora da Europa, porém, a Rússia também acumula derrotas e reveses, limitando sua capacidade de abrir novas frentes ou projetar força globalmente. Na Síria, após a queda do regime de Bashar al-Assad no fim de 2024, Moscou perdeu a principal base regional que havia construído ao longo de mais de uma década. Em agosto de 2026, um memorando de entendimento com o novo governo sírio reduziu as bases de Hmeimim e Tartus a centros

conjuntos de treinamento. A Síria retomou o controle das instalações civis e da área comercial do porto de Tartus, enquanto a presença militar russa caiu para uma fração do que havia sido.

A Rússia manteve algum acesso e relações pragmáticas com Damasco, mas sua capacidade de projetar poder no Mediterrâneo e usar a Síria como plataforma logística para a África foi severamente reduzida. No Sahel, o Africa Corps (Afrikanskiy korpus) – sucessor do Grupo Wagner sob controle do Ministério da Defesa russo – também enfrenta dificuldades crescentes. No Mali, emboscadas e ofensivas coordenadas de grupos jihadistas e rebeldes tuaregues provocaram perdas significativas entre os russos e forçaram retiradas, inclusive de Kidal. Autoridades francesas e analistas passaram a descrever a Rússia como “largamente derrotada”

da Síria ao Sahel, incapaz de proteger aliados ou estabilizar regimes que dependiam dela. Esses fracassos mostram os limites da capacidade russa de sustentar várias frentes enquanto a guerra na Ucrânia consome grande parte de seus recursos humanos e materiais.

A guerra no Irã e os desdobramentos no Oriente Médio

No Oriente Médio, a guerra envolvendo o Irã tornou-se a outra grande frente militar de 2026. Em 28 de fevereiro, Estados Unidos e Israel lançaram ataques coordenados contra alvos iranianos, causando inclusive a morte do líder supremo Ali Khamenei. O Irã respondeu com grandes salvas de mísseis e drones contra instalações americanas e aliados dos Estados Unidos na região.

Nos meses seguintes, ataques iranianos atingiram bases e infraestruturas no Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Jordânia e Arábia Saudita. Em julho, o Irã lançou mísseis balísticos contra bases americanas na Jordânia, incluindo Muwaffaq Salti, no que os EUA classificaram como “ataque surpresa” – a primeira vez em que Teerã agiu de forma proativa, e não apenas reativa.

Após sofrer ataques contra instalações petrolíferas e bases, a Arábia Saudita entrou no conflito. Em coordenação com forças americanas, realizou ataques aéreos contra milícias pró-Irã no Iraque. Os houthis do Iêmen retomaram as hostilidades contra os sauditas, encerrando um cessar-fogo que durava desde 2022 e ameaçando as rotas do Mar Vermelho. O Estreito de Ormuz e o Mar Vermelho tornaram-se zonas de risco

permanente para o transporte de petróleo e derivados, elevando preços e provocando efeitos econômicos globais.

A ligação com a guerra na Ucrânia ficou evidente quando drones ucranianos atingiram um navio iraniano no Mar Cáspio, supostamente carregado com equipamento militar destinado à Rússia. Relatos indicavam que China e Rússia forneciam inteligência e sistemas de defesa ao Irã, enquanto os estoques ocidentais de mísseis interceptores e munições diminuía rapidamente em várias frentes. Cada compromisso em um teatro militar cria vulnerabilidades em outro.

A queda de Maduro e o novo equilíbrio na América Latina

Na América Latina, a captura de Nicolás Maduro por forças americanas em 3 de janeiro de 2026 provocou uma mudança abrupta no equilíbrio regional. Maduro e sua esposa foram detidos sob acusações de narcoterrorismo e levados para os Estados Unidos. Delcy Rodríguez, então vice-presidente, assumiu como presidente interina sob forte influência dos EUA, que passaram a controlar as vendas e os recursos do petróleo venezuelano.

O regime chavista permaneceu formalmente no poder, mas o apoio a Cuba e ao Irã foi drasticamente reduzido. Cuba, historicamente dependente do petróleo venezuelano, enfrenta uma crise energética e humanitária agravada por

bloqueios e sanções, com apagões, escassez e crescente isolamento. A Nicarágua, sob Daniel Ortega e Rosario Murillo, também está politicamente isolada: sem o respaldo venezuelano e diante da ameaça de pressão americana, o regime perdeu um de seus principais apoios regionais.

O Brasil, sob um governo de esquerda, condenou a intervenção americana, classificando-a como uma violação da soberania venezuelana. Ao mesmo tempo, estreitou sua aproximação com China e Rússia, aprofundando os laços comerciais e diplomáticos com Pequim e Moscou em meio às tarifas e pressões de Washington. No plano interno, o país enfrenta a violência crescente de facções como o PCC e o Comando Vermelho, além de forte pressão fiscal, juros elevados e acusações

de excessiva proximidade entre o STF e o Executivo. Em conjunto, essas tensões aprofundam a polarização política e contribuem para o relativo isolamento do Brasil diante da nova configuração regional.

O resultado foi o crescente isolamento do eixo Cuba-Venezuela-Nicarágua, enquanto outros países latino-americanos se adaptaram ao novo equilíbrio de poder. A queda de Maduro mostrou a vulnerabilidade de regimes autoritários alinhados a Moscou e Teerã quando um de seus principais aliados é removido pela força.

A repressão ao cristianismo na China e as ameaças a Taiwan

No Leste Asiático, a China intensificou a repressão ao cristianismo e manteve a pressão

militar sobre Taiwan. Sob Xi Jinping, a campanha de “sinicização” das religiões se acelerou: igrejas não registradas foram demolidas, como a de Wenzhou em 2026; cruzeiros foram removidos; líderes de igrejas domésticas, como a Igreja Sião de Pequim e a Early Rain, foram presos em operações de larga escala; e crianças foram proibidas de participar de atividades religiosas.

As autoridades exigem lealdade ao Partido Comunista acima da fé, substituindo imagens cristãs por retratos de Xi Jinping em alguns contextos e impondo o estudo de seu pensamento em seminários teológicos. Ao mesmo tempo, incursões aéreas e navais ao redor de Taiwan aumentaram em frequência e intensidade. Analistas consideram real o risco de bloqueio ou crise no Estreito, sobretudo se a

dispersão de recursos americanos entre Ucrânia e Oriente Médio abrir uma janela de oportunidade para Pequim. A aproximação entre Rússia, China, Irã e Coreia do Norte, embora sem uma aliança formal, reforça a percepção de um desafio à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos.

Esses diferentes teatros de operações mostram como conflitos antes vistos como regionais estão cada vez mais interligados. A disputa por munições e recursos, os incidentes nas fronteiras da Otan e a atenção de Pequim aos movimentos americanos aumentam o risco de uma escalada imprevisível.

Para os cristãos, esses acontecimentos exigem sobriedade e esperança. Cristo já reina e conduz a

história para sua consumação, enquanto a Igreja vive entre sua primeira e segunda vinda. Até o retorno de Cristo, não há promessa de uma era de paz política e prosperidade mundial. Guerras, tribulações, apostasia e oposição ao povo de Deus continuarão a marcar a história – as “dores de parto” mencionadas por Jesus em Mateus 24. Essa perspectiva também nos protege da tentativa de identificar automaticamente cada novo conflito militar com o cumprimento literal de alguma profecia específica.

Duas perguntas, então, tornam-se urgentes: como permanecer fiel e testemunhar o evangelho em meio a crises que parecem não ter solução? Como conservar a esperança sem cair no desespero ou na especulação alarmista? A esperança cristã repousa na soberania de Cristo e na certeza de seu retorno para o julgamento e a

nova criação, não na expectativa de que governos e sistemas políticos eliminem as injustiças e os sofrimentos deste mundo. Diante da repressão religiosa na China, de populações deslocadas, de rivalidades nucleares crescentes e da disputa por recursos essenciais, a Igreja é chamada a perseverar, anunciar o evangelho a todas as nações e confiar que o Senhor reina, mesmo quando o mundo parece à beira do abismo.

A pergunta “já estamos na Terceira Guerra Mundial?” pode permanecer aberta no plano geopolítico. Para o cristão, porém, há uma questão mais decisiva. Os profetas anunciaram o Dia do Senhor como o momento da intervenção definitiva de Deus em juízo e salvação, esperança retomada no Novo Testamento e vinculada à vinda de Cristo e à consumação de seu Reino. A pergunta que realmente importa, portanto, é esta:

estamos vivendo como cidadãos do Reino já inaugurado por Cristo, aguardando com fidelidade e esperança sua plena manifestação no Dia do Senhor?



Autor: Franklin Ferreira é bacharel em Teologia, pós-graduado em Bíblia e Teologia, mestre em Teologia e doutor em Divindade. É reitor e professor de Teologia Sistemática e História da Igreja no Seminário Martin Bucer, professor-adjunto no Puritan Reformed Theological Seminary, em Grand Rapids-MI (Estados Unidos), e consultor acadêmico. Autor de vários livros sobre teologia e

história do cristianismo. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha: o filho que quase não fala (e sempre se safa) (Foto: FE/Fernando Bizerra Jr./Arquivo)

Perfil

Como Lulinha foi de monitor de zoológico a lobista milionário

Por Omar Godoy

Em 2002, um ano antes de o pai tomar posse como presidente da República, Fábio Luís Lula da

Silva ganhava R\$ 600 por mês como monitor no Zoológico de São Paulo. Lulinha não cuidava dos bichos, mas explicava para os visitantes o que o elefante come, por que o pescoço da girafa é grande, como a onça se camufla na mata. Até então, sua vida era marcada apenas pelos animais e pela discrição, sem sinal de qualquer vocação para os negócios.

Hoje, aos 51 anos, o filho mais velho de Lula voltou a ser investigado pela Polícia Federal. Fábio já esteve na mira da Lava Jato por causa de suas empresas e agora reaparece numa história que envolve uma lobista, viagens internacionais bancadas por terceiros e gente com acesso direto ao presidente.

O salto do zoológico para o mundo do dinheiro e do poder em pouco mais de 20 anos já seria, por si só, um percurso digno de atenção. Mas há outro detalhe interessante nessa trajetória: Fábio Luís, que nunca deu uma entrevista de verdade, talvez seja a figura mais citada e menos ouvida da era lulista. Quem fala por Lulinha são sempre os outros (a mãe, os amigos, os advogados, o próprio pai). A blindagem, ao que tudo indica, começa justamente aí: fazendo com que ele próprio apareça o mínimo possível.

“Fachada necessária”

Lulinha nasceu em São Bernardo do Campo, em março de 1975 — um mês antes de o pai assumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos. Quando Lula foi preso pela primeira vez, em 1980,

enquanto liderava uma greve de 41 dias no ABC, ele tinha apenas cinco anos.

Foi nessa fase que Fábio fez a amizade mais duradoura de sua vida: com Fernando e Kalil Bittar, filhos de Jacó Bittar, “companheiro de luta” de Lula. Décadas depois, os três se tornariam sócios e, mais tarde, apareceriam em investigações criminais.

Biograficamente falando, Lulinha quase não existe antes dos 30 anos. Sabe-se apenas da infância num ambiente de política e sindicalismo, da formação em Biologia pela Unip (Universidade Paulista) e de algum interesse por videogames e internet. Isso mudaria a partir de 2003. Naquele ano, os irmãos Bittar, que já tinham experiência em publicidade, convidaram Fábio para fundar uma companhia de entretenimento, a Gamecorp.

Em 2005, a Telemar (futura Oi) investiu R\$ 5 milhões no negócio — graças, é claro, ao talento incomum de Lulinha, que por acaso era filho do presidente da República.

Pouco depois chegou um novo sócio: Jonas Suassuna, dono também de metade de um hoje famoso sítio em Atibaia, “atribuído” a Lula. Segundo a Polícia Federal, as empresas de Suassuna receberam R\$ 66,4 milhões da Oi entre 2004 e 2016.

Quem descreveu como esse dinheiro circulava foi Marco Aurélio Vitale, ex-diretor comercial do grupo de Suassuna. Segundo ele, essas empresas “conseguiram um tratamento que não existia dentro da operadora”. Em resumo, os projetos eram aprovados diretamente pela presidência da Oi, sem análise comercial. “O importante era a

entrada de dinheiro”, disse Vitale, completando que a sociedade com Fábio funcionava como “uma fachada necessária para que todos realizassem seus negócios através da ligação familiar”.

Pedido de prisão

O cerco à Gamecorp se apertou no fim de 2019, quando a Lava Jato deflagrou a Operação Mapa da Mina, que investigou R\$ 132 milhões repassados pela Oi e pela Vivo às empresas ligadas a Lulinha e seus sócios. A Polícia Federal chegou a pedir a prisão de Fábio Luís, mas a Justiça negou o pedido. Em seguida, os sócios começaram a deixar o negócio. Jonas Suassuna saiu em fevereiro de 2020. Em maio do mesmo ano, Fábio e os irmãos Bittar venderam os 70% que ainda

detinham na Gamecorp, então rebatizada de G4 Entretenimento.

As investigações, porém, não terminaram com a venda da empresa. Em janeiro de 2022, a Justiça Federal em São Paulo determinou o arquivamento do caso após o STF questionar a atuação de Sergio Moro no processo e considerar que a 13ª Vara Federal de Curitiba não era a instância competente para julgá-lo. As provas obtidas a partir das quebras de sigilo e das buscas foram anuladas, e o Ministério Público Federal concluiu que não havia elementos válidos para sustentar uma denúncia. Não houve condenação.

Modéstia calculada

O episódio da venda da participação de Lulinha na Gamecorp ainda guarda um elemento

“histórico”: uma carta que ele escreveu para os funcionários e pode ser considerada o registro mais próximo de Fábio “falando por si”.

O texto, no entanto, não tem nada de muito revelador. Na verdade, parece mais o relato de um sobrevivente de uma expedição ao Himalaia. “Lembro desses últimos 15 anos como se tivesse feito uma longa escalada, em um terreno muito íngreme, sempre contra o vento e as tempestades”, diz Fábio no comunicado.

Lulinha também se coloca como injustiçado: “Não conheço um negócio que tenha sido tão vasculhado, por tanto tempo”. E exagera no tratamento que recebeu da imprensa (“Apesar do massacre, nunca conseguiram demonstrar qualquer irregularidade”).

Ele termina a carta num tom de modéstia calculada, lembrando que, mesmo depois de 16 anos à frente de uma empresa de tecnologia e entretenimento, ainda é um biólogo. “Meu lado biólogo manda eu seguir à risca as recomendações”, escreveu, referindo-se às regras sanitárias durante a pandemia de Covid-19.

Zanin e o Prerrô

Nas últimas duas décadas, Fábio também construiu uma rede no mundo jurídico. Um dos primeiros advogados de peso a defendê-lo foi Cristiano Zanin, que atuou no caso da Gamecorp e num episódio envolvendo boatos nas redes sociais. Quatro anos depois, Zanin assumiria a defesa de Lula na Lava Jato e, em 2023, chegaria ao STF.

Mas quem realmente está no centro dessa operação é Marco Aurélio de Carvalho, fundador do grupo de advogados de esquerda Prerrogativas (ou apenas Prerrô), amigo pessoal de Lula e que desde 2023 é sempre cotado para o cargo de Ministro da Justiça. Um dos principais críticos da Lava Jato, Carvalho coordena uma espécie de blindagem jurídico-política de Lulinha — falando publicamente em nome dele e, muitas vezes, escrevendo artigos para a imprensa em sua defesa.

Nos autos, porém, o atual advogado é Guilherme Suguimori, escolhido após uma articulação de Marco Aurélio de Carvalho. Formado pela USP, Suguimori tem um perfil considerado “discreto”, que pode ajudar a família presidencial a controlar a exposição das encrencas do filho.

Não é timidez

Fora dos negócios e dos processos, Fábio sempre manteve uma vida cuidadosamente reservada. Casado com Renata Moreira e pai de dois filhos, ele morou, até 2012, num apartamento alugado no Jardins, região nobre da capital paulista. Segundo apurações da época, a mensalidade de R\$ 12 mil era bancada por uma empresa ligada a Jonas Suassuna.

Depois, Lulinha se mudou para um condomínio de alta classe em Moema. O imóvel foi comprado por Suassuna por R\$ 3 milhões e passou por uma reforma de R\$ 1,6 milhão.

Em meados do ano passado, a família se transferiu para Madri, na Espanha. De acordo

com um amigo antigo da família, o advogado Aroldo Camilo Filho, Lulinha decidiu se mudar para evitar a “perseguição brutal” contra ele e para proteger os filhos, que eram “humilhados na escola diariamente”.

Segundo outra figura próxima de Fábio, o cacique petista Washington Quaqué, a nova vida na Espanha tem sido marcada por “condições espartanas” e “precárias”. “Ele não é um cara rico”, garante o vice-presidente nacional do partido e prefeito de Maricá (RJ).

Questionado sobre o suposto temperamento, digamos, retraído, de Fábio nos últimos 20 anos, Camilo Filho acabou entregando o jogo. “Ele tem uma assessoria jurídica que o orientou a não se manifestar”, disse o advogado ao canal do

jornalista Luis Nassif do YouTube. Não se trata, portanto, de timidez, mas de estratégia.

Sonegação fiscal

A descrição de Lulinha também marca sua relação com os outros membros da família — ele tem dois irmãos biológicos (Sandro Luís e Luís Cláudio), um adotivo (Marcos Cláudio, filho do primeiro casamento de Marisa) e uma meia-irmã (Lurian, filha de Lula com Miriam Cordeiro).

No entanto, entre 2016 e 2017, essa descrição foi interrompida por uma investigação da Justiça Federal sobre os negócios de três dos irmãos. Fábio, Marcos Cláudio e Sandro Luís eram sócios em diferentes empresas, e as autoridades passaram a investigar se essas companhias haviam feito repasses financeiros “sem causa”

entre si, em um suposto esquema de sonegação fiscal. O inquérito acabou arquivado em 2021 por falta de provas, depois que evidências obtidas na Lava Jato foram anuladas. Ainda assim, o caso mostra que a trajetória “empreendedora” de Lulinha não ficou só na Gamecorp.

Outro momento de exposição familiar ocorreu em 2016, quando um áudio de uma conversa de Fábio com a mãe, Marisa Letícia, foi interceptado pela Lava Jato e acabou vazado. Na gravação, Lulinha reclama da pressão sobre a família e Marisa reage irritada aos protestos contra Lula e os filhos, chamando os manifestantes de “coxinhas”. O registro serve como uma amostra da relação entre os dois. O filho procura a mãe para desabafar e Marisa, como tantos outros personagens que cercam Fábio, parece estar ali também para blindá-lo.

“Melhores amigas para sempre”

Depois de alguns anos longe dos holofotes, Fábio voltou ao noticiário neste ano por causa de uma figura, no mínimo, peculiar: Roberta Luchsinger, lobista e amiga íntima de Lulinha e de sua mulher, Renata.

A relação é tão próxima que as duas chegaram a fazer tatuagens iguais, com a inscrição “BFF” (sigla em inglês para “melhores amigas para sempre”). Mas essa proximidade também foi motivo de confusão nos tribunais. Em uma ação movida por uma ex-empregada de Roberta, os advogados se referiram a Lulinha ora como amigo, ora como marido da empresária. A petição ainda dizia que os dois haviam se mudado juntos para a Espanha. O erro pode parecer banal, mas

revela um detalhe intrigante: Fábio realmente frequentava a casa de Roberta em Brasília e, segundo áudios divulgados pela defesa da empregada, ele chegou a dormir no “quarto das crianças”.

Já a Polícia Federal suspeita que essa amizade também tem um lado menos desinteressado. Roberta pagava despesas de Lulinha em Brasília e bancava viagens internacionais. Além disso, foi ela quem o apresentou a Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, apontado como um dos operadores do esquema de fraudes em aposentadorias. A partir de Roberta, a investigação chegou a Marco Aurélio Santana Ribeiro, o “Marcola”, chefe do gabinete pessoal de Lula até o último mês de julho. A PF identificou repasses de Roberta para ele. Marcola afirma que se tratava de um empréstimo já quitado. Enfim,

foi essa conexão — Lulinha, Roberta, o “Careca do INSS” e o homem responsável por controlar o acesso ao presidente — que colocou novamente o filho de Lula na mira da Polícia Federal. Mais de vinte anos depois de deixar o zoológico, Fábio Luís continua sendo o filho que quase não fala (e sempre se safava). Ao contrário do pai, que fala até demais, Lulinha parece ter escolhido outro caminho para se proteger: silêncio, relações e proximidade.

A reportagem da **Gazeta do Povo** procurou o advogado de Lulinha, Guilherme Suguimori, para solicitar uma entrevista, mas não obteve retorno até a conclusão deste texto.



[Voltar ao índice](#)



Famílias que praticam homeschooling vivem insegurança jurídica com falta de regulamentação no Congresso. (Foto: Arquivo Pessoal/Patrícia da Silva Porto Vieira / Ieda Denardi/Arquivo pessoal / Arquivo pessoal)

Insegurança jurídica

Famílias de homeschooling encaram condenações enquanto Congresso adia regulamentação

Por Marlice Pinto Vilela Por Raquel Dereveck

A recente condenação de uma família de Santa Catarina que faz homeschooling com os filhos há

13 anos expõe mais uma vez a insegurança jurídica que cerca a educação domiciliar no Brasil. Em diferentes estados, decisões judiciais têm determinado a matrícula obrigatória de crianças e adolescentes na rede escolar, além da aplicação de multas altas.

O impasse ocorre apesar da tramitação de um projeto de lei que busca regulamentar a prática no país. A proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados em 2022, aguarda análise do Senado Federal há mais de quatro anos. A regulamentação, no entanto, poderia trazer critérios claros para o exercício da modalidade e evitar a judicialização enfrentada por diversas famílias. Enquanto o Congresso não avança na discussão, pais educadores continuam sendo alvo de decisões judiciais em diferentes regiões do país. Em julho, a Vara da Infância e Juventude de

Blumenau obrigou Diego Vieira a matricular os filhos em uma escola regular e pagar multa de 40 salários mínimos – cerca de R\$ 65 mil reais.

“O que o Estado encontrou em nossa família?”, questionou o pai Diego Vieira, em vídeo. “Encontrou educação de qualidade, uma família amorosa, uma família protetora”, respondeu, ao pontuar que o formato escolhido para ensinar os filhos se opõe a qualquer forma de negligência, abandono ou violação de direitos das crianças. “Somos exatamente o oposto de tudo isso e, mesmo assim, fomos condenados”, lamentou o morador de Blumenau.

A situação não é isolada. Em abril, um casal de Jales, interior de São Paulo, foi condenado a 50 dias de detenção por abandono intelectual por

praticar ensino domiciliar com as duas filhas. A advogada da família, Isabelle Monteiro, afirmou em um vídeo divulgado nas redes sociais que um dos argumentos utilizados na decisão judicial foi o depoimento de uma das adolescentes, que declarou não apreciar estilos musicais como funk e sertanejo. De acordo com a defesa, a manifestação teria sido interpretada pelo magistrado como indício de uma suposta educação discriminatória ou preconceituosa no ambiente familiar.

Em outro caso, um casal de Araucária, na região metropolitana de Curitiba, decidiu matricular os filhos em uma escola regular após ser alvo de uma multa que alcançou R\$ 1,4 milhão. Segundo a família, a cobrança resultou no bloqueio de contas bancárias e até de um veículo. “Era muita pressão psicológica por causa da multa

elevadíssima, dos bens bloqueados e do desgaste emocional”, relatou a mãe, que preferiu não se identificar.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a educação domiciliar não é incompatível com a Constituição Federal. Na mesma decisão, porém, a Corte entendeu que a modalidade depende de regulamentação específica aprovada pelo Congresso Nacional para ser implementada de forma regular.

Quatro anos depois, em 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.338/2022, que estabelece regras para a prática do homeschooling no Brasil. Desde então, a proposta aguarda análise do Senado Federal. Atualmente, o texto tramita na Comissão de Educação e Cultura

(CE), onde recebeu parecer favorável da relatora, senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), apresentado em outubro de 2025. Após eventual aprovação na comissão, o projeto ainda precisará passar pelo Plenário do Senado antes de seguir para sanção presidencial.

Apesar da demora na apresentação, o relatório apresentado por Dorinha Seabra foi bem recebido por entidades favoráveis à educação domiciliar. O projeto, entretanto, ainda não foi incluído para votação na Comissão de Educação. O avanço da proposta também esbarra em um contexto político desfavorável: a Comissão de Educação e Cultura do Senado é presidida pela senadora Teresa Leitão (PT-PE) até o fim de 2026. Leitão não é alinhada à pauta da educação domiciliar.

Durante audiência pública realizada pela comissão para discutir o tema, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) manifestou expectativa de que a proposta avance, argumentando que haveria maioria entre os integrantes do colegiado favorável à regulamentação. Outro fator que pode interferir na tramitação é a campanha eleitoral de Dorinha Seabra ao governo do Tocantins. Relatora do projeto, a senadora concilia a atuação no Senado com a disputa estadual. Mesmo que seja aprovado pelo Senado, o projeto ainda dependerá da sanção do presidente da República para se transformar em lei.



[Voltar ao índice](#)



Skid Row, em Los Angeles: cenário de degradação. (Foto: EFE/EPA/ETIENNE LAURENT)

Declínio

Doença medieval está se espalhando por Los Angeles

Por Angelina Delfin, do Daily Signal

Uma doença medieval conhecida como tifo está aumentando no Condado de Los Angeles,

enquanto a região enfrenta um número crescente de pessoas em situação de rua, condições insalubres e um grande problema com ratos. O tifo murino (transmitido por pulgas), uma doença bacteriana passada para humanos por meio de pulgas infectadas, atingiu um recorde histórico no condado em 2025, com 220 casos relatados. Isso representa um aumento em relação aos 187 casos do ano anterior.

Quase 9 em cada 10 pessoas diagnosticadas com a doença em 2025 precisaram de hospitalização, de acordo com o Departamento de Saúde Pública do Condado de Los Angeles.

O Dr. Dean Winslow é professor na Universidade de Stanford e infectologista com 50 anos de atuação na medicina. Ele dirigiu a testagem de

COVID-19 para o governo federal e foi indicado pelo presidente Donald Trump, em 2017, para atuar como assistente do secretário de defesa para assuntos de saúde. Quando questionado se um surto de tifo em uma das cidades mais ricas da América indica uma falha mais ampla de saúde ou saneamento, Winslow não hesitou. “Com certeza”, disse Winslow ao Daily Signal. “Trata-se, em grande parte, de uma problema de pessoas vivendo em condições horríveis, muito próximas de ratos”, disse Winslow, descrevendo os ratos como os principais hospedeiros envolvidos na infecção.

Essas condições são particularmente relevantes no momento em que Los Angeles continua a enfrentar dificuldades com a população em situação de rua. Dados da Autoridade de Serviços para Pessoas em Situação de Rua de Los Angeles

indicam que a população de rua aumentou 3,3% no Condado de LA e 7,9% na cidade. Winslow identificou os acampamentos de desabrigados como ambientes onde as pessoas podem estar particularmente vulneráveis à exposição, devido à proximidade com os ratos. No entanto, o problema vai além desses acampamentos.

Los Angeles foi nomeada a “cidade com mais ratos” da América no ranking anual mais recente da Orkin, ultrapassando Chicago pela primeira vez em mais de uma década — uma distinção que a empresa afirmou ter sido “provavelmente influenciada por padrões climáticos, infraestrutura urbana e comportamento humano”.

Ao ser perguntado sobre o que recomendaria às autoridades de Los Angeles, Winslow disse que a

prioridade número um seria “retomar o controle das questões ligadas ao combate aos ratos”.

Nos últimos anos, a Califórnia restringiu alguns venenos tradicionalmente usados para matar ratos. Em 2020, o governador Gavin Newsom sancionou o Projeto de Lei da Assembleia 1788, que restringiu a maioria dos usos de quatro raticidas devido ao risco de danos a pumas e outros animais da fauna silvestre. Winslow disse que essas restrições podem ser um dos fatores que atrapalham o controle dos roedores, destacando que os esforços de controle de pragas têm dependido cada vez mais de “ratoeiras” e métodos “menos potentes”. “Esses podem ser dois motivos pelos quais a população de ratos está fora de controle [em LA]”, disse Winslow.

As orientações do Departamento de Saúde Pública do Condado de Los Angeles pedem que os moradores se protejam mantendo os animais de estimação com produtos antipulgas, evitando animais de rua, mantendo os quintais livres de entulhos, fechando o lixo em recipientes com tampas bem ajustadas e notificando o controle de animais local sobre a presença de roedores ou gambás nas proximidades.

O gabinete da prefeita de Los Angeles, Karen Bass, não respondeu ao pedido de comentário do Daily Signal.



[Voltar ao índice](#)



Ator Wagner Moura durante entrevista coletiva do elenco do filme "O Agente Secreto". (Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)

No Brasil e nos EUA

Nove sinais de que a agenda woke está em crise

Por Fabio Calsavara

Por alguns anos, o Ocidente parecia ter adotado uma nova referência moral: o chamado “movimento woke” – que colocou raça, gênero e

sexualidade como os temas centrais do debate público. Empresas passaram a tratar o Mês do Orgulho como um compromisso corporativo obrigatório; universidades criaram departamentos e cargos voltados à diversidade; celebridades passaram a medir cada palavra e políticos aprenderam que um deslize fora do vocabulário identitário podia custar caro.

O woke deixou de ser apenas uma tendência cultural e passou a ocupar salas de reunião, campanhas publicitárias, instituições de ensino e repartições públicas. Especialmente depois de 2020, consolidou-se a impressão de que essa transformação era definitiva. Agora, porém, algo mudou. Não necessariamente porque o mundo tenha se tornado mais conservador, mas por uma razão mais específica: ideias que pareciam

destinadas a se expandir indefinidamente começaram a enfrentar resistência.

Artistas que se encaixavam no antigo consenso passaram a criticá-lo. Na política, diversas figuras tentam ajustar o discurso do ativismo woke. Partidos buscam maneiras de voltar a dialogar com eleitores mais preocupados com inflação, moradia e segurança do que com disputas culturais. A questão, portanto, já não é sobre quem fala mais alto nas redes sociais, mas o que a maioria realmente pensa.

Juntos, esses episódios formam uma questão difícil de ignorar: o mundo que se tornou woke está começando a abandonar essa ideologia? A Gazeta do Povo preparou uma lista de nove sinais que mostram que, se não está acabado, o

movimento perdeu grande parte de sua força — no Brasil e no exterior.

1 - Patrulha ideológica woke começa a incomodar artistas dentro da própria esquerda

No Brasil, declarações recentes de Wagner Moura e Nando Reis colocaram em evidência uma reação contra aquilo que ambos identificam como excesso de patrulha ideológica e de cancelamento dentro do próprio campo progressista. Moura, por exemplo, classificou os exageros do identitarismo como “fascismo de esquerda”; posteriormente ele classificou a expressão como inadequada. Ainda assim, manteve a crítica à cultura de cancelamento e ao ambiente de intolerância que, segundo ele, atravessa o debate político.

Reis, por sua vez, anunciou que deixará de falar de política depois de sofrer prejuízos comerciais e boicotes. Ao UOL, o cantor afirmou que “isso é completamente inútil, ficar falando com quem não quer ouvir”.

2 - Partido Democrata quer deixar o “Woke 1” para trás

Um dos sinais mais curiosos da mudança de ambiente político vem de dentro do próprio Partido Democrata dos EUA. Alexandria Ocasio-Cortez, uma das principais estrelas da esquerda americana, passou a tratar o período político que marcou a ascensão do progressismo identitário no início da década como algo que deveria ficar para trás. Em entrevista recente à ABC, a deputada classificou o chamado “Woke 1” como “louco”, e procurou separar sua atuação

atual de posições que marcaram a esquerda americana durante os protestos de 2020, como o debate sobre desfinanciamento da polícia.

A mudança é significativa não porque a deputada tenha abandonado o progressismo — ela não abandonou. O que está mudando é a embalagem política. A esquerda americana passou a dar mais espaço a temas como custo de vida, moradia, salários e economia, tentando falar com eleitores que não necessariamente se identificam com a linguagem identitária que ganhou força no início da década.

3 – Na Disney, a diversidade voltou a prestar contas ao negócio

Em fevereiro de 2025, a Disney anunciou alterações em seus programas de DEI. O

programa Reimagine Tomorrow, criado para ampliar vozes de minorias e a representação na produção cultural, foi encerrado. A companhia também modificou critérios de avaliação de executivos, substituindo uma meta específica de aumento da diversidade de lideranças por um fator mais amplo de “estratégia de talentos”. A Disney enxergou que sua força de trabalho deve refletir os consumidores e, sobretudo, ajudar a impulsionar os negócios. Em outras palavras, diversidade deixou de ser um objetivo institucional autônomo e passou a ser apresentada dentro de uma lógica mais diretamente ligada aos resultados financeiros da empresa.

4 – Sophie Cunningham enfrenta ativistas sem ser cancelada

Sophie Cunningham tornou-se um dos rostos mais improváveis da reação cultural contra determinadas políticas identitárias. A jogadora da WNBA ganhou enorme visibilidade depois de se manifestar sobre a participação de atletas trans em esportes femininos, defendendo a proteção das mulheres e meninas. O episódio transformou uma atleta de uma liga fortemente associada a pautas progressistas em uma figura celebrada pelo público conservador. Em outros tempos, ela arriscaria perder contratos de publicidade. Mas, em 2026, as declarações não atrapalharam o lançamento do seu tênis personalizado, produzido pela Adidas, que tem sido sucesso de vendas.

A exposição de Cunningham cresceu rapidamente, suas redes sociais ganharam seguidores e suas vendas de camisas e oportunidades comerciais aumentaram. O caso ganha mais força quando colocado ao lado das pesquisas de opinião. Em 2025, 66% dos americanos diziam apoiar regras que exigissem que atletas trans competissem em equipes correspondentes ao sexo biológico — oito pontos a mais do que em 2022.

5 - Empresas privadas e a grande marcha para trás na DEI

Meta, Target, Walmart, Tractor Supply, John Deere e outras grandes companhias norte-americanas reduziram, reformularam ou encerraram programas e metas associados à diversidade, equidade e inclusão. A Target, por

exemplo, anunciou em janeiro de 2025 o fim de seu programa de DEI e de sua iniciativa de equidade racial, enquanto empresas como Meta e Walmart já haviam iniciado movimentos semelhantes. Esses são sinais claros de um recuo da DEI como projeto institucional explicitamente identificado por esse nome e associado a metas, departamentos, treinamentos e compromissos públicos. O que está em crise não é necessariamente a ideia de contratar pessoas para atingir metas de diversidade, mas a forma como grandes empresas passaram a falar — e a agir — sobre essa questão depois de 2020.

6 - Universidades americanas desmontam estruturas que pareciam permanentes

Se as empresas estão recuando, as universidades estão fazendo algo ainda mais profundo:

alterando a estrutura institucional criada em torno da DEI. O jornal Chronicle of Higher Education, especializado em universidades dos EUA, acompanha esse processo desde 2024 e já registrou mudanças em centenas de instituições. Escritórios foram fechados ou rebatizados, cargos eliminados, treinamentos antes obrigatórios foram tornados opcionais, declarações de diversidade retiradas de processos de contratação e promoção e programas tiveram financiamento reduzido ou encerrado.

Entre os exemplos estão a Universidade de Missouri, que retirou financiamento institucional específico de grupos estudantis identitários; a NYU, que cancelou 13 cerimônias de formatura voltadas a grupos culturais, identitários ou religiosos; e Yale, que encerrou uma iniciativa de DEI de cinco anos.

Parte dessas mudanças decorre diretamente de leis estaduais ou da pressão do governo federal, enquanto outras foram tomadas voluntariamente pelas próprias universidades. Mais de 80 instituições fizeram alterações sem uma obrigação legislativa direta, o que mostra que a estrutura institucional que sustentava a expansão da DEI no ensino superior americano está, de fato, encolhendo.

7 - Governo dos EUA, que antes promovia a DEI, passa a desmontá-la

No governo federal americano, a mudança foi ainda mais explícita. Em 20 de janeiro de 2025, Donald Trump assinou uma ordem executiva determinando que as agências federais coordenassem a eliminação de programas,

políticas, cargos e atividades de DEI. O texto determina a terminação dessas estruturas “sob qualquer nome” pelo qual aparecessem dentro do governo federal. A medida inverteu uma política que havia se expandido durante governos democratas e transformou o próprio governo federal em agente da desmontagem. Em vez de financiar ou incentivar determinadas políticas de diversidade, o Executivo passou a determinar sua eliminação e a questionar práticas que classificava como preferências baseadas em raça ou outros critérios identitários. A mudança alcançou ainda relações com universidades, contratantes e outras instituições dependentes de recursos federais.

8 - Movimento Black Lives Matter chegou ao auge em 2020 e perdeu apoio

Poucos símbolos representam tão bem a atmosfera de 2020 quanto o Black Lives Matter. Depois da morte de George Floyd durante uma abordagem policial, o movimento alcançou seu maior nível de apoio na história: 67% dos americanos declaravam apoiá-lo em junho daquele ano. O volume de manifestações e de publicações com a hashtag #BlackLivesMatter também explodiu naquele período, transformando a questão racial em um dos principais assuntos da política e da cultura americanas.

Cinco anos depois, o cenário mudou. O BLM ainda não desapareceu, mas perdeu o status de fenômeno cultural quase consensual que

alcançou no verão de 2020. Pesquisa do Pew Research Center mostrou que apenas 32% dos americanos consideravam o movimento eficaz para chamar atenção ao racismo contra negros.

9 - A opinião pública se afasta de posições mais progressistas sobre identidade de gênero

A mudança de opinião sobre questões trans oferece talvez o melhor conjunto de números para mensurar uma alteração real no ambiente woke. Segundo o Pew Research Center, dois terços dos americanos apoiavam, em 2025, leis que obrigassem atletas trans a competir em equipes correspondentes ao sexo biológico. São oito pontos a mais do que em 2022. A tendência não se restringia ao esporte. O apoio à proibição de profissionais de saúde oferecerem tratamentos relacionados à transição de gênero a menores

aumentou em relação a 2022. Também cresceram o apoio para exigir que pessoas trans usassem banheiros correspondentes ao sexo biológico e o apoio à proibição de que escolas públicas ensinassem sobre identidade de gênero no ensino fundamental. Em resumo, o wokismo ainda não está desaparecendo da sociedade americana, e a diversidade ainda não se tornou algo impopular. O que parece estar desaparecendo é a ideia de que uma determinada fórmula — DEI institucionalizado, linguagem identitária, metas de representação e ativismo cultural — seja necessariamente um caminho natural e irreversível.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- Cautela com o Brasil cresce e estrangeiros retiram quase R\$ 16 bilhões da Bolsa
- Brasil pode copiar Milei e cortar salários de políticos em 50% se contas ficarem no vermelho
- O que explica a crise no varejo que levou Casas Bahia e Marabraz à recuperação judicial
- Algoz da liberdade de imprensa, Moraes deve presidir STF a partir de 2027
- Quem são os pesquisadores (de esquerda) que querem formar a “Bancada da Ciência”
- Trigo: Por que a Faria Lima prefere Lula?

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice